

Ofício nº 246/2016

27 OUT 2016

Araranguá/SC, 20 de outubro de 2016.

**Exmo. Sr.  
RENAN CALHEIROS  
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL  
Brasília-DF**

Junte-se ao processado do

MPV  
nº 746, de 2016

Em 17/10/2016

  
Senador: Pastor Valadouro

**Prezado Senhor:**

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência Moção Nº 23/2016 de autoria do Vereador Aquiles Ghellere, contra a Medida Provisória do Governo Federal, cuja finalidade é excluir a obrigatoriedade das aulas de Educação Física no currículo escolar do Ensino Médio.

Aproveitamos da oportunidade, para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Volnei Roniel Bianchin da Silva  
Presidente da Câmara Municipal**





Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Araranguá, **VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA - RONY**.

MOÇÃO Nº 23/2016

LIDO NO  
EXPEDIENTE

26 SET. 2016

Adair Jordão  
1º Secretário

APROVADO

26 SET. 2016

Adair Jordão  
1º Secretário

O Vereador abaixo assinado, com assento nesta Casa Legislativa, vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência na forma Regimental, depois de ouvido o Plenário, requerer a aprovação de **MOÇÃO DE REPÚDIO** a ser encaminhado ao Governo Federal, Ministério da Educação, Conselhos Estadual e Federal de Educação Física, Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa, Governo do Estado, Comissões de Esporte e Saúde da Câmara Federal, além do Senado Federal, **Moção de Repúdio** contra a Medida Provisória do Governo Federal, cuja finalidade é excluir a obrigatoriedade das aulas de Educação Física no currículo escolar do Ensino Médio, nos seguintes termos:

### MOÇÃO DE REPÚDIO

O presidente da República Michel Temer deseja que a reforma escolar entre em vigor em 2018. As principais mudanças no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) excluem a obrigatoriedade de aulas de Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia, incentiva o aumento da jornada integral (aumento de 800 para 1.400 horas de aula por ano) e a flexibilização da grade curricular, em que os alunos poderão escolher disciplinas de acordo com sua área de interesse.

A estimativa indica que, em até 120 dias, o documento proposto pelo governo deve ser votado pela Câmara dos Deputados e o Senado para se tornar lei.



Normalmente, até os 13, 14 anos de idade, o estudante pratica várias modalidades e é justamente, a partir da faixa etária, que coincide com o ingresso no ensino médio, que ele opta pela modalidade esportiva em que teve melhor desempenho, aptidão. Além disso, recentemente foram aprovados os planos de educação em níveis federal, estadual e municipal. Pelo conjunto de fatores, considero um contrassenso a intenção do governo federal em excluir a disciplina de Educação Física da grade curricular do ensino médio.

Nos últimos dois anos, o Brasil promoveu os maiores eventos esportivos mundiais, como à Copa do Mundo de Futebol, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Nessas ocasiões ficou novamente evidenciada a importância da atividade física na manutenção da saúde, da integração das pessoas e da formação cidadã.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 2016.



**Aquiles Ghellere**  
Vereador





**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 10 de novembro de 2016.

Senhor Volnei Roniel Bianchin da Silva, Presidente da  
Câmara Municipal de Araranguá – SC,

Em atenção ao Ofício nº 246/2016, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Excelência que sua manifestação foi juntada ao processado da Medida Provisória nº 746, de 2016, que *"Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências."*, conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992>.

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa





Câmara  
Municipal  
de Chapecó  
ESTADO DE SANTA CATARINA

00100.169529/2016-94

Junte-se ao processo do

MPV  
nº 746, c. 2016

Em 17 de 11 2016

Senador: Pastor Valadares  
Chapecó SC, 18 de outubro de 2016.

Ofício Nº 774/16

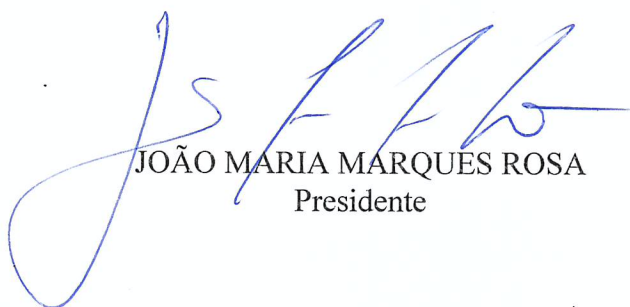
27 OUT 2016

Excelentíssimo Senhor,

Encaminhamos a Vossa Excelência, cópia da proposição aprovada em reunião plenária realizada Nesta Casa Legislativa, para seu conhecimento e providências.

- Moção nº 138/16 de autoria da Vereadora Marcilei A. Vignatti.

Atenciosamente,

  
JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal  
Brasília-DF





Câmara  
Municipal  
de Chapecó  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara Municipal de Chapecó  
APROVADO POR UNANIMIDADE OFICIE SE COMO REQUER  
~~REJEITADO~~ ~~MAIORIA~~ ARQUIVE-SE  
Em 18 de 10 de 16  
PRESIDENTE

Moção Nº 138/16

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - SC

O(s) Signatários(s) da presente, Vereador(es) com assento Neste Legislativo, nos termos do Art. 124 - A do Regimento Interno, solicita(m) a Vossa Excelência que submeta este ao Plenário, e se aprovada, se envie, aos Excelentíssimos Senhores **DEPUTADOS FEDERAIS, SENADORES** e ao Senhor **MICHEL TEMER** - Presidente da República – **MOÇÃO DE APELO** para que seja retirada a Medida Provisória (MP) 746/2016 que estabelece mudanças no Ensino Médio sem ampla discussão com a sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi sancionada há 20 anos e guia toda a estrutura do ensino brasileiro. Sem nenhum debate, o Presidente Michel Temer e sua equipe modificaram mais de 40 pontos dela através de uma Medida Provisória – um instrumento usado para situações que exigem respostas urgentes, e não amplas reformas educacionais, como é o caso.

A medida proposta recebeu um total de 568 emendas de deputados e senadores; criou um mal-estar público sobre a exclusão de disciplinas e o fim da necessidade de graduação no magistério; gerou protestos, ocupações de escolas, atos de professores; e ainda por cima recebeu duas ações diretas de inconstitucionalidade.

Uma reforma desse tamanho e importância precisa ser realizada junto com a sociedade, principalmente com os professores e alunos, que são quem de fato conhecem a realidade. E nós, enquanto Vereadores, precisamos nos preocupar com medidas antidemocráticas como essa, cobrando um amplo debate sobre o tema.

Chapecó-SC, 10 de Outubro de 2016.

MARCILEI ANDREA P. WIGNATTI  
Vereadora

CLEBER CECCON  
1º Secretário

NACIR JOAO MARCHESINI  
Vereador

SERGIO LUIZ DA SILVA  
Vereador



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Brasília, 10 de novembro de 2016.

Senhor João Maria Marques Rosa, Presidente da  
Câmara Municipal de Chapecó – SC,

Em atenção ao Ofício Nº 774/16, encaminhado a esta  
Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa  
Excelência que sua manifestação foi juntada ao processado da Medida  
Provisória nº 746, de 2016, que *“Institui a Política de Fomento à  
Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a  
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e  
bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que  
regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação  
Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras  
providências.”*, conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico  
<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/material/126992>.

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

---

